

Presidência da República

Secretaria-Geral

Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Ministério da Educação

Ministério do Trabalho e Emprego

Secretaria-Geral da Presidência da República

Secretaria Executiva

Secretaria Nacional de Juventude

**Coordenação Nacional do Programa Nacional de Inclusão de Jovens
ProJovem**

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	3
1- O ProJovem no Âmbito da Política Nacional da Juventude.....	4
2- Juventude Brasileira: Vulnerabilidades e Potencialidades.....	6
2.1- Perfil sócio-econômico: Vulnerabilidades.....	6
2.2- Protagonismo e participação social: Potencialidades.....	9
2.3- Características do público do ProJovem.....	10
3- O PROJOVEM.....	12
3.1- Finalidade.....	12
3.2- Metas	12
3.3- Gestão compartilhada.....	13
3.4- Conceitos básicos.....	13
4- PROJETO PEDAGÓGICO INTEGRADO.....	18
4.1- Princípio político-pedagógico.....	18
4.2- Objetivos gerais.....	18
4.3- Diretrizes curriculares e metodológicos.....	19
4.4- Desenho do currículo.....	22
5- PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO.....	24
5.1- Sistema Instrucional.....	24
5.2- Sistema Operacional.....	27
5.3- Sistema de Formação Continuada e Apoio à Aprendizagem.....	33
5.4- Sistema de Comunicação e Informação.....	35
5.5- Sistema de Monitoramento e Avaliação do Programa.....	36
6- CUSTOS DO PROJOVEM..	37
7- BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTOS	38
ANEXO 1 – Plano de Ação Comunitária - PLA	40
ANEXO 2 - Projeto de Orientação Profissional – POP	48
ANEXO 3 – Formação Profissional Inicial	49

APRESENTAÇÃO

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - ProJovem é componente estratégico da Política Nacional de Juventude, do Governo Federal. Implantado em 2005, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República em parceria com o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Seus destinatários são jovens de 18 a 24 anos que terminaram a quarta, mas não concluíram a oitava série do ensino fundamental e não têm vínculos formais de trabalho. Aos participantes, o ProJovem oferecerá oportunidades de elevação da escolaridade; de qualificação profissional; e de realização de ações comunitárias de interesse público, por meio de curso, que proporcionará formação integral, com carga horária de 1600 horas (1200 h. presenciais e 400 h. não-presenciais) desenvolvidas em 12 meses consecutivos.

O ProJovem obteve parecer favorável da Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação, como um curso experimental, com base no artigo 81, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Dessa forma, a certificação de conclusão do ensino fundamental e de qualificação profissional (formação inicial) fica viabilizada.

O sucesso do programa depende da apropriação de seus pressupostos político-pedagógicos e de sua proposta curricular, por todos os atores do Programa: gestores, professores, educadores profissionais, assistentes sociais e alunos.

A implantação do ProJovem é um desafio que assumimos juntos em nome do compromisso de luta contra as desigualdades e a exclusão social e com a confiança que depositamos na força e potencialidade da juventude brasileira.

1 - O PROJovem NO ÂMBITO DA POLÍTICA NACIONAL DA JUVENTUDE

Investir em uma política nacional com programas e ações voltadas para o desenvolvimento integral do jovem brasileiro representa uma dupla aposta: criar as condições necessárias para romper o ciclo de reprodução das desigualdades e restaurar a esperança da sociedade em relação ao futuro do Brasil.

Com essa perspectiva, durante o ano de 2004, constituiu-se o Grupo Interministerial da Juventude, que envolveu 19 Ministérios, Secretarias e órgãos técnicos especializados, para elaborar um diagnóstico sobre a juventude brasileira e mapear as ações governamentais que são dirigidas especificamente aos jovens ou que contemplam segmentos juvenis, tendo em vista a indicação de referências para uma política nacional de juventude.

O Grupo contou com a colaboração de técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) na produção de informações estatísticas pertinentes, incorporou resultados de pesquisas e consultas realizadas pela UNESCO e pelo *Projeto Juventude do Instituto Cidadania* e, também, acompanhou o trabalho desenvolvido pela *Comissão Especial da Câmara dos Deputados destinada a acompanhar e estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude*.

Após finalizar seus trabalhos, o Grupo Interministerial da Juventude sugeriu a implantação de uma política nacional inovadora para a juventude, que deveria compreender:

- o lançamento do **Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - ProJovem** - voltado especificamente para o segmento juvenil mais vulnerável e menos contemplado por políticas públicas vigentes: jovens de 18 a 24 anos, que terminaram a quarta série mas não concluíram a oitava série do fundamental, e não têm vínculos formais de trabalho. O Programa caracteriza-se como **emergencial** - atendendo um segmento que tem necessidade de chegar ainda jovem ao ensino médio - e **experimental** - ao fundamentar sua proposta curricular em novos paradigmas e articulando a formação geral, a qualificação profissional e o engajamento cívico.

- a constituição da **Secretaria Nacional de Juventude** com a função de: (a) formular, supervisionar, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude; (b) articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados para a implementação de políticas para a juventude.
- a implantação do **Conselho Nacional de Juventude**, órgão colegiado integrante da estrutura básica da Secretaria-Geral da Presidência da República, composto por representantes de órgãos governamentais, organizações juvenis, organizações não-governamentais e personalidades reconhecidas pelo seu trabalho com jovens. Tem por finalidade: (a) assessorar a Secretaria Nacional de Juventude na formulação de diretrizes da ação governamental; (b) promover estudos e pesquisas acerca da realidade sócio-econômica juvenil; (c) assegurar que a Política Nacional de Juventude do Governo Federal seja conduzida por meio do reconhecimento dos direitos e das capacidades dos jovens e da ampliação da participação cidadã.

A implantação simultânea do Programa, da Secretaria e do Conselho, com suas distintas e complementares finalidades e funções, representa um novo patamar de políticas públicas voltadas para a juventude brasileira, considerada em sua singularidade, diversidade e suas vulnerabilidades e potencialidades.

2 - JUVENTUDE BRASILEIRA: VULNERABILIDADES E POTENCIALIDADES

2.1 - Perfil sócio-econômico: vulnerabilidades

Em qualquer país do mundo, quando se procura caracterizar a juventude, sempre se depara com uma questão: que faixa etária está sendo considerada? No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) contempla como idade limite desse grupo os dezoito anos, mas não há outro dispositivo legal que delimite a faixa etária juvenil. Geralmente as estatísticas brasileiras seguem os parâmetros de organismos internacionais considerando o grupo etário de 15 a 24 anos¹. Em 2000, estavam nessa faixa cerca de 20% da população (Censo IBGE). Eram jovens de 15 a 24 anos, aproximadamente 34 milhões de brasileiros que, em sua diversidade, expressavam as diferenças e as desigualdades sociais que caracterizam nossa sociedade. Ao mesmo tempo, representavam (e representam, ainda,) o segmento populacional mais fortemente atingido por velhos e novos mecanismos de exclusão social.

As disparidades de renda são grandes entre os jovens: em 2000 (Censo IBGE): a maioria (58,7%) vivia em famílias que tinham uma renda *per capita* menor do que 1 salário mínimo (dentre esses encontramos 12,2% (4,2 milhões) em famílias com renda *per capita* de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo). Apenas 41,3% (14,1 milhões) viviam em famílias com renda *per capita* acima de um salário mínimo.

Considerando esse perfil de renda e, também, outros indicadores de desigualdade social, evidenciam-se alguns dos principais problemas com os quais se deparam hoje os jovens brasileiros:

- acesso restrito à educação de qualidade e frágeis condições para a permanência nos sistemas escolares;
- inadequação da qualificação para o mundo do trabalho;
- envolvimento com drogas, gravidez precoce, mortes por causas externas (homicídio, trânsito e suicídio);
- baixo acesso às atividades de esporte, lazer e cultura.

Se esses problemas, com pesos bastante diferenciados, dizem respeito à grande maioria dos jovens brasileiros quando examinamos a situação particular dos jovens de 18 a 24 anos verifica-se que constituem o grupo mais vulnerável da sociedade brasileira. São os mais atingidos pelas fragilidades do sistema educacional, pelas mudanças no mundo do trabalho e, ainda, os mais destituídos de apoio de redes de proteção social. Os dados a seguir confirmam esse quadro de vulnerabilidade.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, em 2003², havia no Brasil 23,4 milhões de jovens de 18 a 24 anos, o que representava, aproximadamente, 13,5% da população total. Em relação à escolaridade, as estatísticas relativas a esse grupo são alarmantes. A PNAD indica que dos 23,4 milhões de jovens, apenas 7,9 milhões (34%) estavam freqüentando a escola. Portanto, 15,4 milhões de jovens de 18 a 24 anos estavam fora da escola. Desses:

- 753,4 mil (4,9%) eram analfabetos;
- 5,4 milhões (35,3%) não haviam concluído o Ensino Fundamental;
- 1,7 milhão (11%) haviam concluído o Ensino Fundamental;
- 1,2 milhão (7,8%) haviam começado o Ensino Médio, mas não o haviam concluído;
- 5,8 milhões (37,5%) haviam concluído o Ensino Médio;
- 547 mil (3,5%) haviam cursado pelo menos um ano de Ensino Superior.

Precocemente afastados da escola, grande parte dos 23,4 milhões, também não estavam inseridos no mercado de trabalho formal. Dentre esses jovens, 14 milhões (60%) desenvolviam algum tipo de ocupação, sendo que 13% ou 3,0 milhões de jovens declararam-se como desempregados (55% eram mulheres). As maiores taxas de desemprego encontravam-se nas regiões metropolitanas, 24,6%, enquanto, nas áreas urbanas chegavam a 17,6%.

Os dados anteriores seriam suficientes para identificar esse grupo etário como o segmento juvenil particularmente atingido pelo processo de exclusão social: jovens de 18 a 24 anos, residentes nas regiões metropolitanas, que estão fora da escola e que não possuem vínculos formais de trabalho. Mas há ainda outras dimensões que devem ser consideradas para melhor caracterizar-se a situação de vulnerabilidade em que se encontram.

¹ Em outros países da América Latina e na Europa, o limite de idade fica em torno dos 30 anos. No Brasil, a Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura - CONTAG - considera 32 anos como idade limite.

Segundo dados do Censo de 2000, 84% dos jovens brasileiros viviam no meio urbano, sendo que 31% em regiões metropolitanas, onde se evidenciava o crescimento de favelas e de periferias caracterizadas pela ausência de infraestrutura e equipamentos urbanos e de segurança pública.

Certamente existem jovens em condições também precárias vivendo no campo e nas pequenas e médias cidades brasileiras³. No entanto, nos dias atuais, a vulnerabilidade juvenil está fortemente relacionada ao crescimento (sem sustentabilidade sócio-ambiental) das grandes cidades. Várias pesquisas desenvolvidas por universidades, por organismos internacionais e por organizações não-governamentais atestam a precariedade das condições de vida dos jovens nas capitais brasileiras. Em cidades que recebem maiores fluxos migratórios — como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Brasília — a situação é mais grave. Mas em todas as capitais dos estados brasileiros, a perversa conjugação entre carências econômicas, presença do narcotráfico e certas práticas de corrupção policial cria a imagem do jovem, sobretudo do jovem negro, como um suspeito em potencial e alvo preferencial da violência urbana.

A violência das grandes cidades atinge particularmente os jovens. Segundo os dados do Ministério da Saúde (Sistema de Informações sobre Mortalidade - Datasus), em 2002, morreram no Brasil 28 mil jovens de 20 a 24 anos, sendo que 72% das mortes foram ocasionadas por causas externas. Os jovens do sexo masculino foram o alvo prioritário dessas perdas: 18,5 mil mortes, o que corresponde a 80,5% do total.

Das 18,5 mil mortes de jovens homens, de 20 a 24 anos, por causas externas: 10,7 mil (57,7%) foram vítimas de agressão (homicídio); 3,9 mil (21,3%) morreram em razão de acidentes de transporte; as outras mortes ocorreram por afogamento, suicídio ou eventos cuja intenção foi indeterminada.

Publicação divulgada recentemente pela UNESCO mostra que, em 2002, a taxa de homicídios na população jovem foi de 54,5 para cada 100 mil, contra 21,7 para o restante da população. Dados do Mapa da Violência III, da UNESCO (2002), indicavam que essa taxa, para o grupo de jovens de 15 a 24 anos no Brasil (45,8 por 100 mil jovens, em 1999) era a terceira maior do mundo, ficando atrás apenas

² Os dados não abrangem área rural da Região Norte, exceto no Tocantins.

³ Segundo a PNAD de 2003 — que não inclui moradores da área rural dos Estados do Acre, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima — havia no Brasil 1,1 milhão de jovens analfabetos. Desses 44,3% viviam em áreas urbanas não metropolitanas e 42,3% viviam em áreas rurais. A Política Nacional de Juventude deverá contemplá-los validando e incentivando múltiplas ações e Programas desenvolvidos por iniciativas de Ministérios e demais instâncias governamentais em ações convergentes com a sociedade civil.

da Colômbia e de Porto Rico e sendo quase 8 vezes maior que a da Argentina (6,4 por 100 mil jovens em 1998).

Em resumo, os dados sobre violência e segurança corroboram o quadro das desigualdades sociais entre os jovens brasileiros, indicando a urgência de programas específicos para essa população, no contexto de políticas públicas focadas no segmento juvenil.

2.2 - Protagonismo e participação social: potencialidades

No cenário atual, a sociedade costuma ver a juventude como sinônimo de problema e como motivo de preocupação quanto ao futuro do País. São duas as imagens da juventude que predominam hoje nos meios de comunicação e na opinião pública. De um lado, nas propagandas e nas novelas, estão os jovens bonitos, saudáveis, alegres e despreocupados que oferecem modelos de vida e de consumo aos quais poucos jovens reais têm acesso. De outro, nos noticiários, estão os jovens envolvidos com problemas de violência ou comportamentos de risco, que são, na maior parte das vezes, negros e oriundos dos setores populares.

Essas duas imagens polares convergem para um tipo de senso comum que considera a juventude individualista, consumista e politicamente desinteressada. Mas esses estereótipos não dão conta da diversidade de experiências da juventude brasileira, assim expressa:

- por um lado, é verdade que poucos ainda participam de ações sociais: (a) segundo pesquisas da UNICEF, 65% dos adolescentes (12 a 17 anos) nunca participaram de atividades associativas e/ou comunitárias; (b) de acordo com *survey* nacional recente, realizado pelo *Projeto Juventude do Instituto Cidadania*, entre jovens de 14 a 24 anos de todo Brasil⁴, apenas uma minoria atua formalmente de movimentos estudantis, sindicatos, associações profissionais e partidos;
- por outro lado, demonstram um desejo de agir socialmente: parte significativa dos entrevistados pelo *Projeto Juventude* (mais de 60%, entre os mais pobres) disse que gostaria de ter oportunidade de participar de ações desenvolvidas em contextos sociais, comunitários e cidadãos. Essa predisposição não resulta do acaso, mas tem como referência as diferentes maneiras pelas quais grupos jovens vêm

⁴ Para maiores informações ver www.projetojuventude.org.br

expressando demandas, necessidades e visões de mundo para agir no espaço público. Entre as novas formas de participação juvenil podemos destacar: a) pertencimento a grupos (pastorais, redes, ong's e outras organizações juvenis) que atuam para transformar o espaço local, nos bairros, nas favelas e periferias; b) participação em grupos que trabalham nos espaços de cultura e lazer: grafiteiros, conjuntos musicais, de dança e de teatro de diferentes estilos, associações esportivas; c) mobilizações em torno de uma causa e/ou campanha: grupos ecológicos, comitês da Campanha contra a Fome, ações contra a violência e pela paz, grupos contra a globalização etc; d) grupos reunidos em torno de identidades específicas: mulheres, negros, homossexuais, pessoas com necessidades especiais etc.

Assim, mesmo sem desconhecer os obstáculos de diversas ordens que devem ser ultrapassados para motivar o engajamento social dos jovens, qualquer programa social a eles dirigido deve reconhecer e apoiar as múltiplas formas de atividade e criatividade dessa faixa etária, e contribuir para ampliá-las.

A juventude é a fase da vida mais marcada por ambivalências, pela convivência contraditória dos elementos de emancipação e de subordinação, sempre em choque e negociação. Mas essa também é a fase de maior energia, generosidade e potencial para o engajamento. Portanto, um programa dirigido aos jovens deve tomar como seus tanto os desafios que estão sendo colocados para essa geração, quanto sua forma inovadora de encontrar respostas aos problemas sociais, chamando-os permanentemente para o diálogo e para a participação cidadã.

2.3 - Características do público do ProJovem

Os jovens a que se destina o Programa apresentam alguns traços marcantes que devem ser considerados em todos os momentos da formulação e implementação do ProJovem. São jovens que:

- moram nas periferias das grandes cidades, encontram-se excluídos da escola e do trabalho e marcados por diversos e profundos processos de discriminação: étnico-racial, de gênero, geracional, de religião, entre outros;

- vivenciam uma experiência geracional inédita que os conecta a processos globais de comunicação e, ao mesmo tempo, a complexas realidades locais de exclusão;
- apresentam especificidades quanto a linguagens, motivações, valores, comportamentos, modos de vida e, ainda, em relação ao trabalho, à escola, saúde, religião, violência, questão sexual etc;
- revelam trajetórias pessoais bastante diferenciadas entre si, marcadas pelos ditames da sociedade de consumo, por experiências de risco e por situações de violência, mas também por novas formas de engajamento social geradoras de autovalorização e construtoras de identidades coletivas.

3 - O PROJovem

O ProJovem destina-se a jovens de 18 a 24 anos, oferece curso de formação integral, por um período de 12 meses. Aos alunos devidamente matriculados, será concedido um auxílio financeiro mensal, no valor de R\$ 100,00.

A formação integral compreenderá atividades de formação escolar (800 horas), qualificação profissional (350 horas) e desenvolvimento de ação comunitária (50 horas), somando 1.200 horas presenciais. Atendendo às necessidades do público deste projeto, o currículo compreenderá, ainda, 400 horas de atividades não-presenciais, totalizando 1.600 horas.

Os espaços de aprendizagem visam alcançar os objetivos educacionais propostos e integrar o trabalho realizado em salas de aulas, oficinas, laboratórios e campo de estágio, entre outros⁵.

3.1 - Finalidade

O ProJovem tem como finalidade proporcionar formação integral ao jovem, por meio de uma efetiva associação entre:

- elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental;
- qualificação profissional com certificação de formação inicial;
- desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público.

O Programa deverá contribuir especificamente para:

- a re-inserção do jovem na escola;
- a identificação de oportunidades de trabalho e capacitação dos jovens para o mundo do trabalho;
- a identificação, elaboração de planos e o desenvolvimento de experiências de ações comunitárias;
- a inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação.

⁵ Ver detalhamento no capítulo 4: Projeto Pedagógico Integrado

3.2- Metas

O ProJovem tem como meta: atuar em todas as 27 capitais brasileiras e regiões metropolitanas atendendo a 200.000 jovens, no período de 2005 a 2007. Esse contingente representa cerca de 20% do universo de jovens de 18 a 24 anos, que vivem nas capitais e em suas respectivas regiões metropolitanas e que concluíram a quarta série do ensino fundamental e não possuem vínculo formal de trabalho.

3.3 - Gestão compartilhada

Desenvolvido por iniciativa do Governo Federal, a organização da gestão do ProJovem conta com um **Comitê Gestor** coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República e integrado pelo Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Como suporte operacional, o Comitê conta com uma **Comissão Técnica** também composta por representantes da Secretaria-Geral e dos três Ministérios parceiros.

O Programa é executado em parceria com as prefeituras dos municípios que se associam ao Governo Federal. Podem integrar-se ao Programa outros participantes locais como governos estaduais, CEFETs, universidades, unidades operacionais do Sistema S, organizações da sociedade civil, igrejas etc...

3.4 - Conceitos básicos

O ProJovem foi implantado em um momento histórico em que a tensão *local-global* se manifesta no mundo da maneira muito contundente: nunca houve tanta integração globalizada e, ao mesmo tempo, nunca foram tão profundos os sentimentos de desconexão e agudos os processos de exclusão. Nesse contexto, o Programa é concebido como instrumento de inclusão social em seu sentido pleno.

A integração indissociável entre educação básica, qualificação profissional e ação comunitária proposta pelo ProJovem pressupõe uma nova perspectiva de cooperação interdisciplinar, voltada para o desenvolvimento de saberes, conhecimentos, competências, valores e práticas de solidariedade e cooperação contemporâneos do século XXI.

Dessa forma, o ProJovem caracteriza-se por:

- valorizar a singularidade da condição juvenil, suas necessidades, seus desejos frente à sua condição sócio-econômica e cultural;
- reconhecer o jovem como sujeito de direitos;

- viabilizar sua participação ativa no processo de aprendizagem em que está envolvido.

Assim, busca superar os grandes hiatos existentes entre escola e vida, entre aprendizado teórico e prático, entre escola e mundo do trabalho, entre a preparação do cidadão para o futuro e a ação do jovem cidadão no presente.

O Programa propõe estratégias que reconduzam os jovens para os sistemas educacionais, criando e validando múltiplas formas e múltiplos espaços de aprendizagem, de modo a ampliar o acesso aos sistemas de ensino e aumentar a probabilidade de permanência neles. Para tanto, cria uma organização curricular inovadora e flexível, cujo maior desafio é romper com duas clássicas dicotomias: *educação geral X formação profissional, e educação X ação cidadã*.

Para responder efetivamente a esse desafio, é necessário ter clareza quanto às concepções que fundamentam essencialmente o Projeto Pedagógico do ProJovem. Explicitamos a seguir o significado de algumas concepções básicas e suas implicações curriculares do Programa.

Educação

No contexto do ProJovem, concebe-se a Educação como processo construtivo e permanente, que vai da vida para a escola e da escola para a vida, articulando conhecimentos formalmente estruturados e saberes tácitos. Tem caráter histórico e cultural, formando as novas gerações de acordo com o projeto histórico de uma sociedade e, ao mesmo tempo, promovendo a auto-realização e o desenvolvimento das pessoas. É atribuição e responsabilidade de múltiplas agências: a família, a igreja, a empresa, o sindicato, a associação profissional e, é claro, a escola.

Aprendizagem

A aprendizagem consiste na construção de competências, capacidades, valores e práticas sociais por meio da re-significação de elementos sociais e culturalmente transmitidos e da construção/reconstrução pessoal. É uma forma de apropriação e de re-significação da cultura pelo sujeito e interage com seu desenvolvimento psíquico. Como processo articulado à construção da subjetividade, mobiliza elementos cognitivos, afetivos, estéticos, lúdicos, sociais e físicos.

Ensino

Entende-se o ensino como uma intervenção educacional/pedagógica, deliberada e planejada, que cria situações desafiadoras e propõe problemas que estimulem e orientem os alunos na construção e reconstrução de suas aprendizagens. Como ação subordinada a um programa educacional, articula as

demandas sociais por cidadãos escolarizados com as necessidades de auto-realização das pessoas. Como relação pedagógica, implica a mediação do professor entre o conhecimento e o aluno.

Juventude

Juventude é uma noção que expressa sentidos culturais diversos e cambiantes, ao longo da História. Na concepção da sociedade ocidental moderna, a etapa da juventude tem sido associada a um tempo de "moratória social", de passagem entre a infância e o mundo adulto e, assim, de preparação para a inserção no mundo do trabalho e para a constituição de nova família. Entretanto, na perspectiva do ProJovem, a juventude, com sua diversidade, é vista não apenas como passagem, mas como fase singular da vida, que pressupõe o reconhecimento de direitos e deveres específicos. Portanto, o jovem já é um cidadão, e sua vida escolar, sua preparação para o trabalho e seu engajamento social são entendidos como exercício da cidadania.

Conhecimento escolar

O conhecimento escolar é compreendido nesse projeto como uma construção baseada no encontro - feito de conflitos e acordos - entre diferentes tipos de conhecimento: saberes cotidianos que alunos e professores trazem de suas vivências familiares e sociais, conceitos e leis científicas, elementos estéticos e culturais, reflexões filosóficas e, é claro, determinações legais sobre o currículo. Sua prática se faz em condições muito especiais, que são dadas pelas interações dos alunos entre si e com o professor.

Trabalho

Define-se aqui o trabalho como uma prática social específica, de caráter histórico e cultural, por meio da qual o ser humano constrói suas condições de existência. Nessa perspectiva, é constituinte do sujeito na sua totalidade; é o espaço onde ele se realiza enquanto produtor de si mesmo e produtor de cultura. Na concepção do Programa, a qualificação profissional, considerando também a dimensão subjetiva do trabalho, remete ao desenvolvimento de habilidades, ao autoconhecimento, à sociabilidade, à realização pessoal, simultaneamente à preparação para uma inserção ocupacional, que possa⁶ assegurar renda aos jovens participantes e levá-los à autonomia.

⁶ Ver detalhamento no anexo 1

Ação comunitária

A ação comunitária, por sua vez, é pensada com base no binômio *cidadania e solidariedade*, tendo como referência uma nova concepção de assistência social que enfatiza os direitos à proteção social e à seguridade social⁷. No âmbito do Programa, a ação comunitária visa a contribuir para o desenvolvimento de potencialidades dos jovens e aquisições que resultem no reconhecimento de seus direitos e deveres cidadãos.

Relação entre teoria e prática

A relação entre teoria e prática tem sido marcada historicamente por uma divisão estanque, que coloca o momento da prática como posterior ao da teoria, sob a forma de ciência aplicada. Nesse quadro, a prática fica subordinada à teoria, desvalorizando-se os saberes do cotidiano. Hoje, contudo, o campo da prática é reconhecido como *locus* da produção de saberes legítimos (e não apenas de sua aplicação), que dão origem a questões teóricas. Assim, o trabalho tornou-se cada vez mais articulado com teorias e tecnologias, sendo crescente a necessidade da educação como elemento fundante da cidadania e de preparação para o trabalho. Supõe análise e tomada de decisões *in processu*, demandando ação coletiva e gestão democrática. A capacidade de questionar a própria prática é fonte de ação instituinte, transformadora.

Interdisciplinaridade

No ProJovem, a interdisciplinaridade é vista como uma abordagem integrada às questões contemporâneas sobre a produção do conhecimento, que enfatizam o rápido envelhecimento da informação factual e o esmaecimento das fronteiras entre as disciplinas tradicionais. Entretanto, as integrações possíveis entre áreas de conhecimento são parciais e têm de ser construídas em contextos e situações específicos. Assim, a integração entre educação, trabalho e ação comunitária se faz em função da inclusão social dos jovens cidadãos.

Avaliação do ensino e aprendizagem

Na concepção do ProJovem, avaliação do ensino e aprendizagem é um processo cumulativo, contínuo, abrangente, sistemático e flexível de obtenção e julgamento de informações de natureza qualitativa e quantitativa sobre o ensino e a

⁷A concepção da Assistência Social, inserida no Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social, busca transformar em ações diretas os pressupostos da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Sua perspectiva é implantar o Sistema Único de Assistência Social integrando diferentes áreas do governo federal e este com os estaduais e municipais em uma ação comum.

aprendizagem, de forma a obter subsídios para: a) planejar as intervenções docentes; b) criar formas de apoio aos alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem; c) verificar se os objetivos propostos estão sendo alcançados; d) obter subsídios para a revisão dos materiais e da metodologia do curso.

4 - PROJETO PEDAGÓGICO INTEGRADO

4.1 - Princípios político-pedagógicos

O princípio fundamental do ProJovem é o da integração entre formação básica, qualificação profissional e ação comunitária, tendo em vista a promoção da equidade e, assim, considerando as especificidades de seu público: a condição juvenil e a imperativa necessidade de superar a situação de exclusão em que se encontram os jovens no que se refere aos direitos à educação e ao trabalho. Entende-se ainda que o acesso a esses direitos, assim como a outros direitos universais, só será pleno quando a sociedade e, particularmente, os segmentos privados de direitos reconhecerem-se e assumirem-se como cidadãos ativos, conscientes do seu direito a ter direitos e da necessidade de lutar por eles.

Assim, o ProJovem propõe aliar teoria e prática, formação e ação, explorando a dimensão educativa do trabalho e da participação cidadã. E para que a educação básica, a qualificação para o trabalho e a ação comunitária possam se fortalecer mutuamente, cada uma delas deve desenvolver-se plenamente e em consonância com os requerimentos para uma inserção plena, criativa e produtiva na sociedade contemporânea.

4.2 - Objetivos gerais

Ao integrar ensino fundamental, qualificação profissional e ação comunitária, o programa deve oferecer oportunidade para que os jovens experimentem novas formas de interação, se apropriem de novos conhecimentos, re-elaborem suas próprias experiências e sua visão de mundo e, ao mesmo tempo, se re-posicionem quanto à sua inserção social e profissional.

Nessa perspectiva, espera-se que os jovens concluintes do Programa sejam capazes de:

- afirmar sua dignidade como seres humanos, trabalhadores e cidadãos;
- utilizar a leitura e a escrita, assim como outras formas contemporâneas de linguagem, para se informar e aprender, expressar-se, planejar e documentar, além de apreciar a dimensão estética das produções culturais;

- compreender os processos sociais e os princípios científicos e tecnológicos que sustentam a produção da vida na atualidade;
- utilizar tecnologias de informática necessárias à inserção cultural e profissional;
- empregar competências necessárias para o desempenho de uma ocupação que gere renda;
- estabelecer um projeto de desenvolvimento profissional, considerando suas potencialidades, suas necessidades de aprendizagem e as características de seu contexto de trabalho;
- acessar os meios necessários para exercerem efetivamente seus direitos de cidadania, tais como: obter ou renovar documentos pessoais, usar os serviços da rede pública disponíveis para os jovens e suas famílias etc;
- assumir responsabilidades em relação ao seu grupo familiar e à sua comunidade, assim como frente aos problemas que afetam o país, a sociedade global e o planeta;
- identificar problemas e necessidades de sua comunidade, planejar e participar de iniciativas concretas visando a sua superação;
- refletir criticamente sobre sua própria prática;
- conviver e trabalhar em grupo, valorizando a diversidade de opiniões e a resolução negociada de conflitos;
- afirmar valores e práticas de solidariedade, posicionando-se ativamente contra qualquer forma de racismo e discriminação;
- exercer direitos e deveres da cidadania, participar de processos e instituições que caracterizam a vida pública numa sociedade democrática;
- continuar aprendendo ao longo da vida, tanto pela inserção no sistema de ensino formal quanto pela identificação e o pelo aproveitamento de outras oportunidades educativas.

4.3. Diretrizes curriculares e metodológicas

Tendo em vista esses princípios político-pedagógicos e objetivos gerais de aprendizagem, o ProJovem estabelece algumas diretrizes curriculares e metodológicas que deverão orientar a elaboração dos materiais, a organização do trabalho pedagógico e a avaliação dos processos de ensino e aprendizagem.

Diretrizes gerais

- A formação básica deverá garantir as aprendizagens que correspondem às diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental e a certificação correspondente e, ao mesmo tempo, fundamentar a formação inicial profissional e a ação comunitária.
- A qualificação inicial para o trabalho deverá possibilitar novas formas de inserção produtiva, com a devida certificação, correspondendo, na medida do possível, tanto às necessidades e potencialidades econômicas, locais e regionais, quanto às vocações dos jovens.
- A ação comunitária deverá resultar de um diagnóstico das necessidades locais e regionais, promover o engajamento cidadão voluntário e a formação de valores e práticas solidários.

Diretrizes específicas

- Valorizar as experiências e os conhecimentos prévios dos jovens, tomando-os como base e ponto de partida para a aprendizagem de conteúdos do ensino.
- Reconhecer e valorizar as diferenças de gênero, de raça/etnia, cultura, religião etc.
- Orientar as atividades de ensino de acordo com as potencialidades, dificuldades específicas e os ritmos de aprendizagem dos participantes.
- Propiciar oportunidades de escolha e de tomada de decisão para resolução de problemas.
- Planejar vivências de construção de regras e definição de responsabilidades.
- Conjuguar a unidade dos conteúdos de ensino propostos com a possibilidade de adaptação deles às peculiaridades regionais e/ ou locais.
- Enfatizar os conceitos básicos e as funções sociais das diferentes ciências, focalizando os respectivos conteúdos na perspectiva da vida contemporânea.
- Adotar estratégias de ensino diversas (estudo de textos e filmes, visitas programadas, pesquisa de campo, produção e revisão de textos escritos, exercícios práticos e orientados, roteiros para autocorreção etc.) que dialoguem com o mundo dos jovens,

incentivando sua autonomia como aprendizes, despertando seu interesse por ampliar seus conhecimentos e suas experiências culturais.

- Enfatizar o desenvolvimento de habilidades básicas, que facilitem a adaptação dos jovens a mudanças na realidade da organização do trabalho e da vida na sociedade.
- Incluir espaços e tempos especialmente destinados a variadas formas de registro pessoal e análise de suas próprias trajetórias familiares, comunitárias, escolares e profissionais, assim como das novas informações e conhecimentos adquiridos.
- Estimular a dimensão instituinte da prática, orientando o jovem a ler os textos e fazer as atividades de estudo pensando na prática e, da mesma forma, desenvolver esta prática refletindo sobre os conhecimentos que construiu ao estudar.
- Incluir no percurso formativo situações pedagógicas que propiciem a aprendizagem de trabalho coletivo, das práticas associativas, das ações reivindicativas e propositivas que contribuam para a construção da participação cidadã dos jovens e que fomentem o exercício da democracia, da solidariedade, da cooperação.
- Prever oportunidades para que os jovens tenham condição de participar ativamente da vida da comunidade em que moram.
- Organizar o currículo em grandes áreas temáticas articuladas por eixos estruturantes, de modo que os conteúdos das disciplinas não se esgotem na carga horária atribuída a cada disciplina e que, em cada período, se tenha um espaço bem delimitado para concretizar estudos teórico-práticos e interdisciplinares ligados ao trabalho e à ação comunitária.
- Centrar a avaliação na organização do processo de ensino e aprendizagem, tanto quanto no desempenho dos alunos, de maneira contínua e progressiva, abrangendo todos os momentos do curso.
- Avaliar múltiplos aspectos do desempenho do jovem, indo além da aferição de conhecimentos e considerando atitudes, comportamentos, compromisso com o estudo e com a ação comunitária.
- Utilizar diferentes procedimentos e instrumentos de avaliação, ao longo do curso, inclusive provas e trabalhos finais, para fundamentar a auto-avaliação e a avaliação pelos colegas e pelo professor.

4.4 - Desenho do currículo

Carga horária e atividades

A carga horária do curso é de 1.600 horas (1.200 presenciais e 400 não-presenciais), a serem cumpridas ao longo de 12 meses. Esse percurso formativo será organizado em quatro unidades, com duração de três meses cada uma, nas quais os diferentes componentes curriculares se integram em eixos estruturantes que estabelecem, entre si, a progressão das aprendizagens.

O desenvolvimento das atividades previstas implicará a dedicação intensiva dos jovens ao curso por, pelo menos, 32 horas semanais. As horas presenciais (24 horas semanais) incluem as atividades em sala de aula, visitas, pesquisas de campo, participação em palestras, práticas relacionadas ao campo de qualificação profissional e à ação comunitária, sob a supervisão de um educador. As horas não-presenciais serão dedicadas às leituras e atividades das **Unidades Formativas** e à elaboração de planos e registros - individualmente ou em pequenos grupos - nos espaços e tempos mais convenientes aos estudantes.

Sempre considerando a necessária integração entre os componentes curriculares e a conveniência de desenvolver os conteúdos do ensino fundamental de modo a apoiar a qualificação profissional e a ação comunitária, a carga horária do curso será distribuída da seguinte maneira:

	Horas presenciais	Horas não-presenciais	Total
Ensino Fundamental	800	400	1.200
Qualificação Profissional	350	-	350
Ação Comunitária	50	-	50
Total	1.200	400	1.600

Unidades Formativas

A organização do curso em Unidades Formativas tem como propósito possibilitar a sua construção em um contínuo e, ao mesmo tempo, demarcar os momentos distintos que o compõem.

Cada Unidade Formativa está articulada em torno de um **eixo estruturante**, de **instrumentais conceituais** e de **ações curriculares**.

O eixo estruturante corresponde, em cada unidade, a uma situação-problema relevante na vida cotidiana dos jovens envolvidos no Programa e que os desafie de maneira particular. Os instrumentais conceituais indicam claramente a perspectiva de abordagem da situação-problema. As ações curriculares visam superar a organização por meio de disciplinas estanques.

Algumas ações curriculares, relativas às áreas de Linguagens (Língua Portuguesa e Língua Estrangeira, Artes), Matemática e Informática, estarão presentes em todas as Unidades Formativas.

No tratamento dos instrumentais conceituais, sempre se buscará combinar a ótica das Ciências da Natureza (Física, Química, Biologia) com a ótica das Ciências Humanas (Geografia, História e Ciências Sociais).

5 - PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO

O Plano de Implementação do ProJovem organiza-se em cinco sistemas integrados, que devem garantir a execução do curso em todos os níveis organizacionais previstos no Programa Nacional de Inclusão de Jovens. São eles o Sistema Instrucional, o Sistema Operacional, o Sistema de Apoio Pedagógico ao Estudante, o Sistema de Comunicação e Informação e o Sistema de Monitoramento e Avaliação do Programa.

5.1 – Sistema Instrucional

O Sistema Instrucional compreende a organização do material pedagógico, para dar sustentação ao processo de ensino e aprendizagem:

- produção de Unidades Formativas;
- seleção de um acervo de livros, vídeos, filmes, músicas, arquivos eletrônicos etc, como materiais complementares que possam ser disponibilizados para os alunos;
- elaboração de instrumentos de avaliação diagnóstica, formativa e somativa.

Essas atividades foram realizadas por uma equipe multidisciplinar com alto nível de domínio das disciplinas envolvidas em cada Unidade Formativa, e com experiência de produção de materiais que desafiem os alunos a construir um conhecimento interdisciplinar que interligue a vida cotidiana, o mundo do trabalho e o exercício da cidadania.

Produção das Unidades Formativas

As Unidades Formativas, organizadas em quatro volumes multidisciplinares, têm o propósito de traduzir o currículo em situações de ensino e aprendizagem, norteando o percurso dos alunos, orientando trabalhos individuais ou em grupo e dando apoio às atividades a distância.

Contém textos com aspectos básicos de todos os conteúdos a serem tratados, buscando formas de integrá-los com os conhecimentos prévios e as experiências dos alunos. Os eixos estruturantes e os instrumentais conceituais permitem direcionar os estudos em uma perspectiva interdisciplinar.

Além de textos, as Unidades Formativas contém atividades de estudo e de auto-avaliação, desafios e sugestões de leitura e de ação, proporcionando as devidas interações e flexibilidades curriculares. Os textos estão escritos em linguagem clara e simples, porém cuidada do ponto de vista da coerência e da coesão textual. Considerando a provável diversidade de experiências e de saberes dos jovens alunos, as Unidades Formativas possuem um núcleo básico de conhecimentos, com *links* para acesso a materiais de enriquecimento ou de reforço, conforme os ritmos de desenvolvimento dos alunos.

Os volumes das Unidades Formativas, de material resistente e aparência agradável, contém ilustrações, diagramas, gráficos, tabelas e ícones que remetem a outros materiais ou atividades.

Cada volume incluirá textos, atividades e roteiros de estudo, orientação para trabalhos práticos (especialmente o POP e o PLA), leituras complementares ou de reforço, bem como ilustrações, fotografias, diagramas, gráficos, desenhos etc, de acordo com os temas tratados e os objetivos da Unidade.

Seleção de acervo de livros, vídeos, filmes, músicas e arquivos eletrônicos, como materiais complementares que possam ser disponibilizados para os alunos.

A seleção desses materiais toma como critérios a qualidade técnica e a compatibilidade com a orientação das Unidades Formativas. Levará em conta tanto a necessidade de complementar e enriquecer o material básico, quanto a de atender as dificuldades e necessidades de reforço que os alunos venham a apresentar. Poderão ser usados nas oficinas, nos trabalhos de grupo, em momentos de trabalho coletivo, ou consultados individualmente pelos alunos.

Elaboração de instrumentos de avaliação de desempenho, com funções diagnóstica, formativa e somativa.

No ProJovem, a avaliação assume caráter predominantemente diagnóstico e formativo, de modo a subsidiar a adequação da dinâmica do curso às necessidades, demandas e dificuldades dos alunos. Todas as atividades de avaliação e a análise dos resultados obtidos pelos jovens têm como propósito principal subsidiar os avanços progressivos dos alunos e indicar suas necessidades de reforço e recuperação. Isso significa sinalizar para os jovens, os educadores e os gestores os objetivos almejados, os avanços conseguidos e os desafios que se colocam ao longo do curso.

Cada Unidade Formativa será acompanhada de instrumentos de avaliação: uma prova de base estruturada e fichas de acompanhamento do POP, do PLA e do desenvolvimento geral do aluno, de modo que se possa identificar os avanços conseguidos ao longo da unidade e as dificuldades que não foram superadas. Assim, a avaliação de cada unidade funcionará como base de diagnóstico e de planejamento para as atividades da unidade seguinte.

Dessa forma, o ProJovem se organiza como uma espiral, em que os alunos avançam continuamente, no seu próprio ritmo e segundo suas necessidades de reforço, retomando sempre o que foi estudado antes, e articulando esses estudos com cada novo tema ou atividade focalizados. A função somativa da avaliação aparece no fim de cada Unidade Formativa, mas não implica reprovação, e sim orientação para atividades de reforço.

No entanto, não somente o desempenho dos alunos deve ser considerado, como também o contexto concreto em que a aprendizagem ocorre: assim, os jovens, os educadores e os gestores avaliam e são avaliados, de modo que a avaliação funcione também como instrumento de gestão político-pedagógica do Programa.

A utilização de instrumentos de base estruturada poderá viabilizar a rápida sistematização e divulgação dos resultados, necessária para que a avaliação funcione como um momento indispensável e inseparável do processo de ensino e aprendizagem e possa subsidiar a gestão político-pedagógica do curso.

No fim do curso, cada aluno deverá apresentar os seguintes produtos elaborados ao longo das unidades:

- Plano de Orientação Profissional — POP
- Plano/Relatório de Ação Comunitária — PLA

No fim das quatro Unidades Formativas, os jovens deverão submeter-se, obrigatoriamente, a um exame nacional externo que, juntamente com a avaliação de desempenho ao longo do curso, servirá de base para a expedição de seu certificado de conclusão do ensino fundamental, pelos sistemas de ensino municipais, estaduais ou do Distrito Federal.

5.2 - Sistema Operacional

O Sistema Operacional compreende as ações administrativo-pedagógicas necessárias para garantir a execução plena do ProJovem. Dada a escala do Programa e seu desenho curricular integrador, esse sistema é bastante complexo, envolvendo variáveis políticas e técnicas, o que torna desafiadora sua gestão democrática.

O Sistema Operacional compreende, basicamente as atividades de:

- matrícula, permanência com bolsa auxílio, e certificação;
- apuração da frequência e do desempenho escolar dos alunos;
- distribuição dos materiais pedagógicos e equipamentos etc;
- organização dos espaços para aulas e trabalhos orientados;
- organização do tempo escolar: dos alunos, dos educadores e dos gestores;
- planejamento das aulas e dos trabalhos orientados;

Critérios para inscrição, seleção, matrícula, permanência com bolsa-auxílio e certificação.

Para inscrever-se no Programa, o jovem deverá:

- ter entre 18 e 24 anos completos;
- ter terminado a quarta série, mas não concluído a oitava do Ensino Fundamental;
- não ter emprego formal;

Haverá seleção se o número de inscritos, em uma localidade, for maior do que o número de vagas disponíveis. A seleção será feita mediante sorteio público, em local, data e horário previamente anunciados.

Os alunos serão matriculados, preferencialmente, em núcleos próximos de suas residências.

O recebimento do auxílio financeiro, no valor de R\$ 100,00 por mês, está condicionado à frequência e a entrega dos trabalhos escolares. Esse benefício será transferido a cada aluno, por instituição financeira credenciada.

Para receber o auxílio, o aluno deverá:

- comparecer todo mês a, pelo menos, 75% das atividades presenciais, em cada Unidade Formativa, incluindo a ação comunitária programada
- entregar os trabalhos escolares previstos para cada mês.

O controle de presença e da entrega dos trabalhos será realizado pelos próprios docentes, devendo ser lançado mensalmente no sistema de monitoramento e avaliação do Programa.

O exame nacional externo, para fins de certificação de conclusão do Ensino Fundamental, que ocorrerá no final do curso, utilizará a matriz de habilidades e conhecimentos elaborada por comissão especialmente designada para essa tarefa.

Para habilitar-se ao exame nacional externo para fins de certificação, o jovem deve ter tido frequência de, pelo menos, 75%.

Normas específicas serão definidas para regulamentar as questões de avaliação e do exame nacional externo e da qualificação profissional.

Distribuição dos materiais impressos

Tendo em vista o rebaixamento dos custos, os materiais didáticos do ProJovem serão reproduzidos e distribuídos pelo Governo Federal.

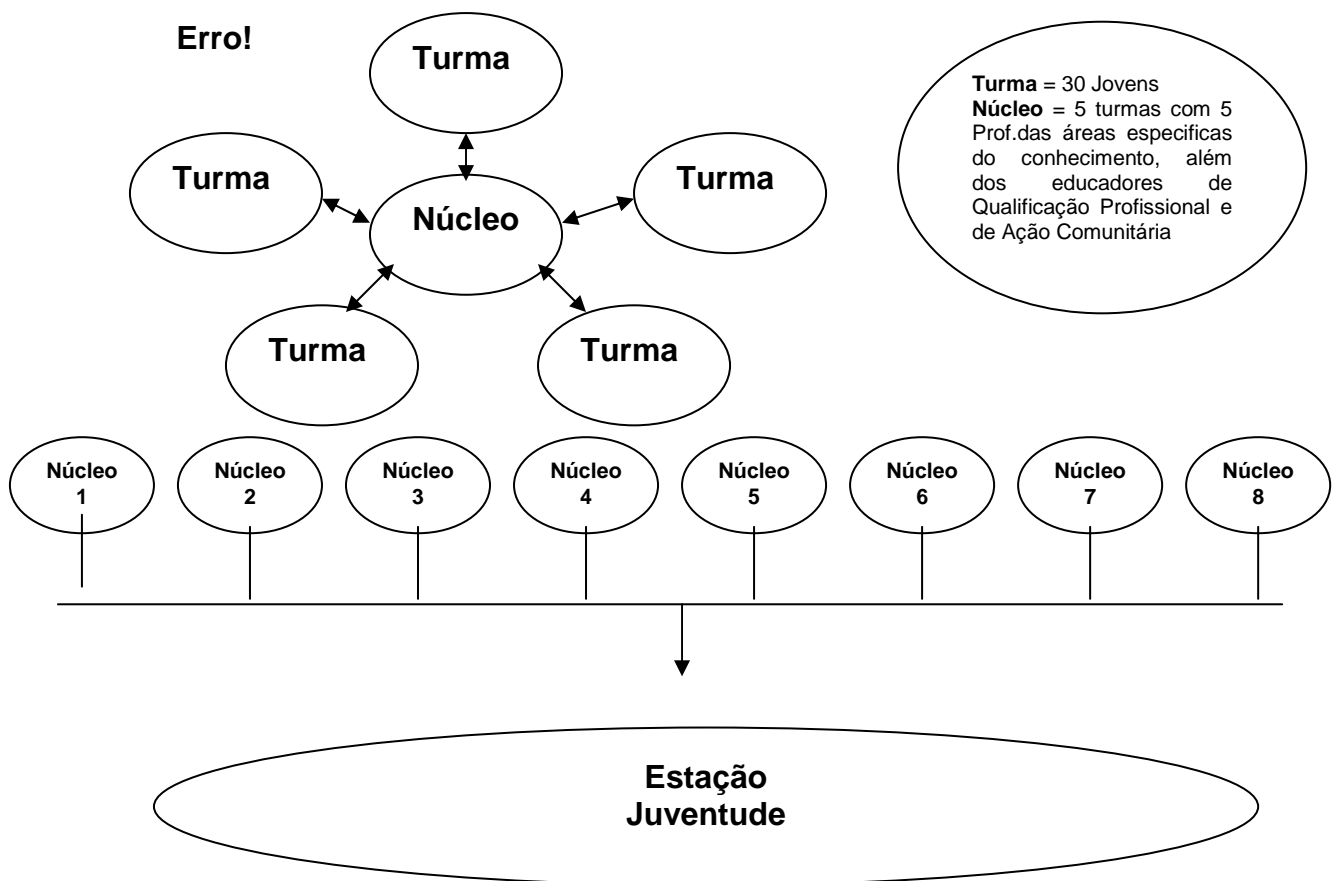
A listagem com o endereço das estações juventude deve ser enviada à Coordenação Nacional do ProJovem para possibilitar a entrega dos materiais.

Organização do espaço no ProJovem

O Programa será desenvolvido em **Núcleos**, compostos de **5 turmas** com 30 jovens, que funcionarão diariamente, em locais onde haja espaços adequados disponíveis e, se possível, próximos aos domicílios dos estudantes.

Dada a exigência metodológica do programa, que se fundamenta no trabalho coletivo dos docentes, não será possível separar fisicamente as cinco turmas de um núcleo.

Os núcleos, por sua vez, estarão vinculados a uma **Estação Juventude**. Local para onde os jovens e os educadores, que atuam nos núcleos, possam se deslocar com alguma frequência.



A **Estação Juventude** funcionará como espaço de referência para os jovens. Será um local de encontro, busca de informação e orientação, estudo, servindo, ainda, para o desenvolvimento de atividades em grupo, realização de eventos culturais, entre outras ações que favoreçam seu processo formativo, expressão cultural e participação cidadã.

Cada Estação Juventude contará com o apoio dos educadores da área de qualificação profissional e de ação social, que serão os responsáveis pelo desenvolvimento das ações dessas áreas nos núcleos.

Nas Estações Juventude haverá, ainda, um coordenador pedagógico, responsável pelo desenvolvimento das ações curriculares dos núcleos, um coordenador administrativo, que deverá articular e realizar as ações administrativas, no âmbito dos 8 núcleos, bem como um profissional de apoio administrativo.

Os acervos multimídia, equipamentos e instalações que complementem o trabalho realizado em sala de aula ficarão nas Estações, à disposição dos alunos e educadores e demais profissionais vinculados ao ProJovem.

Esses espaços servirão também como ambiente de reunião e formação dos gestores e docentes e avaliação do programa.

Finalmente, o ProJovem aproveitará intensamente a **cidade** como **espaço educador**, incentivando estudos do meio, pesquisas de campo, visitas e intervenções em locais diversos: a própria comunidade a que pertencem os jovens, além de empresas produtivas, órgãos públicos de prestação de serviços, centros culturais, associações e outros espaços de participação política e manifestação cultural.

A organização do tempo no ProJovem

A organização do tempo no ProJovem deve compatibilizar as atividades presenciais entre si e com as atividades não-presenciais.

Cada Unidade Formativa será desenvolvida em doze e meia semanas de trabalho, totalizando 50 (cinquenta) semanas no fim do curso.

Cada semana será organizada de modo a incluir, ao longo de todo o curso, 24 horas presenciais teórico-práticas, que podem estar assim distribuídas:

- elevação de escolaridade: 10 horas;
- qualificação profissional: 5 horas;
- ação comunitária: 1 hora;
- informática: 2 horas
- estudos/trabalhos interdisciplinares: 6 horas.

Cada semana incluirá, também, oito horas de atividades não-presenciais, que serão acompanhadas pelo professor-orientador, distribuídas pelos componentes curriculares, incluindo o Plano de Orientação Profissional - POP e o Plano de Ação Comunitária - PLA.

Dessa forma, o tempo semanal total de dedicação dos jovens ao curso será de 32 horas semanais.

Sugestão de organização semanal do tempo: JOVENS

	Dia 1	Dia 2	Dia 3	Dia 4	Dia 5
1ª hora	FORM BÁSICA: LÍNGUA PORTUGUESA	FORM BÁSICA: MATEMÁTICA	FORM BÁSICA: LÍNGUA ESTRANGEIRA	FORM BÁSICA: CIÊNCIAS HUMANAS	FORM BÁSICA: CIÊNCIAS DA NATUREZA
2ª hora					
3ª hora	AÇÃO SOCIAL/ COMUNITÁRIA (PROF ORIENT)	QUALIF P/ TRABALHO (PROF ORIENT)	TRABALHO COM O PROF. ORIENT. ARTES; ATIVIDADES INTEGRADORA S.	QUALIF P/ TRABALHO PROFESSOR DE FORMAÇÃO PROFISSIONA L	TRABALHO COM O PROF. ORIENT. ARTES; ATIVIDADES INTEGRADOR AS.
4ª hora					
5ª hora		INFORMÁTICA (PROF ORIENT)			

A organização dos horários dos núcleos deve ser feita de modo a permitir que um mesmo profissional possa exercer as atividades de **especialista** e as de **professor-orientador**. Cada professor-orientador será responsável por 6 (seis) horas de atividades integradas e 1 (uma) hora de plantão, por semana, para atendimento de dificuldades específicas encontradas na leitura das Unidades Formativas.

Planejamento das atividades presenciais

Cada núcleo deverá contar com cinco professores habilitados nas diferentes áreas do ensino fundamental (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Sociais, Ciências da Natureza e Língua Estrangeira), que possam atuar como **professores-orientadores** (um por turma) e como **professores-especialistas** (de todas as turmas), em horários previamente estabelecidos. O núcleo receberá o apoio de educador responsável pela qualificação para o trabalho, nos arcos ocupacionais selecionados pelo município, além do educador da área de ação comunitária social.

O **professor-orientador** será incumbido da regência da turma durante a maior parte das horas presenciais, de modo que possa estabelecer os vínculos necessários para uma efetiva orientação educacional de cada aluno individualmente e do grupo.

Além da habilitação para docência em área do conhecimento específica do ensino fundamental, os professores-orientadores deverão estar capacitados para apoiar e avaliar o desenvolvimento integral dos jovens, contando com o auxílio dos profissionais da área de formação profissional e da assistência social. Orientarão os jovens nas atividades relacionadas à formação básica e introdução à Informática, assim como na ação comunitária e na elaboração de seu POP, esse último em parceria com o educador responsável pela qualificação para o trabalho. Serão os principais responsáveis pela integração das ações curriculares.

Todos os educadores e gestores participarão do curso de formação inicial e continuada, que contará com materiais didáticos estruturados de acordo com as diretrizes curriculares do Programa. Essa formação busca favorecer a construção de atitudes, valores e conhecimentos que propiciem o trabalho docente em equipe, assim como o estabelecimento de compromissos na relação entre professores e alunos.

O planejamento das atividades presenciais, de cada Unidade Formativa, deverá ser feito na semana anterior ao início das mesmas. Nas reuniões semanais, esse planejamento será detalhado, articulando-se as aulas temáticas (especialistas) com as atividades integradoras (professores-orientadores), incluindo o POP e o PLA. É importante que todos os docentes (de formação geral, de qualificação para o trabalho e de ação comunitária) planejem coletivamente, de modo a viabilizar a participação de todos e criar sinergia no funcionamento do núcleo.

É preciso prever meios e modos para realizar:

- Oficinas de educação física: dança, artes marciais, expressão corporal, esportes.
- Oficinas culturais (música, teatro, dança, cinema etc).
- Visitas a museus, exposições, patrimônio histórico ou ambiental, órgãos públicos, ONGs, articuladas a tópicos do currículo.
- Idas ao cinema, teatro e a espetáculos, articuladas a temas do currículo.
- Excursões a locais interessantes, articuladas a temas relacionados a questões ambientais e outros temas do currículo.
- Pesquisa documental, articulada a tópicos do currículo, ao POP e ao PLA.

Em cada evento, deve haver contatos prévios com gestores dos locais a visitar, definindo-se horários, meios de transporte e alimentação, material de apoio para anotações e outros registros (fotos, desenhos, gravações etc).

5.3 - Sistema de Formação Continuada e Apoio à Aprendizagem

O Sistema de Formação Continuada e Apoio à Aprendizagem abrange a seleção e a preparação dos docentes do curso e o esquema de trabalho dos professores-orientadores.

Seleção dos docentes

Em cada núcleo, o trabalho de apoio à aprendizagem será realizado pelos professores-orientadores, que serão recrutados segundo critérios de:

- a) competência em uma área específica do currículo (formação docente, em nível de graduação, em Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Matemática, Ciências Humanas, Ciências da Natureza) e competência para desenvolver a Qualificação para o Trabalho e a Ação Comunitária e,
- b) b) disponibilidade de tempo (mínimo de 30 horas semanais). Deverão ser especificamente preparados para as funções que lhes cabem no ProJovem.

Formação dos docentes para atuar no ProJovem

Sendo a formação específica em uma área do currículo um pré-requisito para a admissão como docente do ProJovem, a preparação dos profissionais será direcionada não aos conteúdos em si, mas sim ao Programa, aos estudantes que atenderá, e à dinâmica pedagógica integrada que o caracteriza.

A formação dos docentes para atuar no ProJovem - antes do curso e ao longo dele - ficará a cargo de instituição competente. Essa formação deverá focalizar o processo do ProJovem e todas as ações curriculares tratadas nas Unidades Formativas, tendo também como referência o Manual do Educador, cuja tônica será a construção do conhecimento teórico-prático, integrando conteúdos do ensino fundamental, temas de qualificação para o trabalho e ação comunitária. Assim, os docentes do ProJovem deverão ser preparados para o trabalho de orientação, mediante o estudo de:

- Conteúdos:
 - ⇒ Unidades Formativas do Programa, enfatizando seus eixos estruturantes e instrumentais conceituais;
 - ⇒ transformações no mundo do trabalho e novas características da qualificação profissional;
 - ⇒ características bio-psico-sociológicas da faixa etária dos alunos;
 - ⇒ processos identitários no mundo globalizado.
- Metodologias:
 - ⇒ organização de processos de trabalho coletivo (oficinas, debates etc);
 - ⇒ método das unidades de estudo e trabalho;
 - ⇒ orientação de projetos e ações sociais;
 - ⇒ gestão democrática de grupos;
 - ⇒ processo pedagógico na educação a distância.
 - ⇒ avaliação de desempenho escolar
 - ⇒ planejamento de atividades para recuperação da aprendizagem.
- Princípios e valores:
 - ⇒ educação, família, escola e cidadania;
 - ⇒ ética das relações interpessoais;

- ⇒ inclusão e participação;
- ⇒ cidadania ativa.

Essa formação será desenvolvida em 160 horas, antes do início do curso, continuando ao longo das Unidades Formativas, com duas horas semanais de estudo orientado. Os conteúdos e atividades de formação continuada darão seqüência à formação anterior ao curso ou serão ditados por questões de prática surgidas durante a implementação do Programa.

O desempenho dos docentes no curso será avaliado pelas instituições responsáveis pela formação, devendo abranger aspectos teóricos e práticos. Essa avaliação deverá ser feita com regularidade ao longo de todo o curso.

5.4 - Sistema de Comunicação e Informação

O Sistema de Comunicação e Informação terá como propósito: agilizar o fluxo das informações indispensáveis para que os demais sistemas funcionem adequadamente; manter os vínculos dos alunos com o curso; e estimular a formação de comunidades de aprendizagem e trabalho e de convivência social.

Por meio dele, serão divulgadas instruções da Coordenação Nacional e das Coordenações Municipais do Programa, a Programação das Estações Juventude, decisões dos fóruns a respeito da vida acadêmica dos alunos, avisos das instituições formadoras relativos à formação dos docentes etc. Da mesma forma, deverá veicular manifestações dos alunos, dos docentes e dos gestores locais a respeito de aspectos do ProJovem.

Para assegurar esses fluxos, serão usados recursos, tais como:

- Jornal do ProJovem, ou similar;
- Centrais de Atendimento;
- Sítio na WEB.

Jornal do ProJovem

O Jornal do ProJovem terá a função de divulgar as ações o Programa nas cidades que implantaram o curso. Será editado e distribuído para todos os Núcleos e Coordenações Municipais do Programa.

Sítio na WEB

O sítio do ProJovem terá vários menus destinados aos diferentes tipos de serviços prestados:

- informação geral sobre o curso;
- mural de informações;
- componentes curriculares e conteúdos das aulas;
- contato com o professor-orientador;
- contato com os especialistas;
- endereços e dados pessoais dos participantes;
- intercâmbio com outros alunos e outros núcleos do Programa;
- *links* com outros sítios, selecionados de acordo com os interesses dos alunos.

5.5 – Sistema de Monitoramento e Avaliação do Programa

O Sistema de Monitoramento e Avaliação - SMA produzirá dados, informações e conhecimentos que permitirão o contínuo aperfeiçoamento do funcionamento do projeto, além de possibilitar a avaliação da qualidade do curso.

O Sistema de Monitoramento e Avaliação é integrado por instituições universitárias ou por centros especializados em pesquisa e desenvolvimento da área. Várias Instituições Superiores de Ensino Federal estão envolvidas nesse sistema.

Para fins de monitoramento interno, as instituições apoiarão o trabalho desenvolvido pelos Núcleos, Estações Juventude, Coordenações Municipais e Coordenação Nacional, por meio da operação e manutenção de sistema informatizado de registro e processamento de dados, especialmente os referentes à frequência dos alunos e às ações curriculares, produzindo e disponibilizando informações fidedignas e relevantes para a gestão do Programa em todos os seus níveis.

No que concerne ao monitoramento e avaliação externos, as instituições serão responsáveis pela avaliação diagnóstica inicial dos alunos, a realização do exame nacional externo para fins de certificação, bem como as pesquisas que permitirão avaliar a implementação e a efetividade do Programa ao longo de sua execução.

O Sistema de Monitoramento e Avaliação é composto dos quatro subsistemas, a seguir explicitados:

1. **Subsistema de monitoramento:** monitora o cadastro e a matrícula de alunos, a formação e alocação de educadores e coordenadores, o registro de freqüências, ações curriculares, atividades e avaliações do aluno, e produz a informação necessária à gestão do programa em seus diferentes níveis.
2. **Subsistema de supervisão:** inspeciona núcleos, estações e agências formadoras com o objetivo de assegurar a fidedignidade das informações e a correta implementação do programa.
3. **Subsistema de avaliação externa de alunos:** elabora os instrumentos de avaliação externa da formação do alunado, organiza a avaliação e produz os resultados correspondentes.
4. **Subsistema de avaliação do programa:** implementa as ações necessárias à avaliação da implementação e da efetividade do ProJovem.

Os Fóruns do ProJovem

Os **Fóruns do ProJovem** são colegiados incumbidos de permitir a participação democrática dos agentes do ProJovem e de propor encaminhamentos para questões acadêmicas e administrativas que não estejam reguladas nas normas do Programa.

A organização e o funcionamento dos fóruns, com as respectivas funções e instâncias serão normatizadas, posteriormente, em ato próprio do Comitê Gestor Nacional do ProJovem

6 - CUSTOS DO PROJÓVEM

Para o início do Programa, em 2005, estão previstos no orçamento da Presidência da República recursos em torno de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões) distribuídos em ações governamentais, conforme o PPA.

7 - BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTOS

ANDRADE, José Eduardo de. **Contribuição para o Programa Nacional de Inclusão de Jovens**: Educação, Qualificação e Ação Comunitária. Brasília : [s.n.], 2004.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Comissão Especial. **Relatório final**. Brasília : [s.n.], 2004.

BRASIL. Constituição [1988]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei n. 10172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil** , Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jan. 2001.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Programa Economia Solidária em Desenvolvimento** : Carta de Princípios. Brasília : [s.n.], 2004. (mimeografado).

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Câmara de Educação Básica. Parecer nº 11, de 10 de maio de 2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Câmara de Educação Básica. Resolução nº 01, de 5 julho de 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Contribuição para o Programa Nacional de Inclusão de Jovens**: Educação, Qualificação e Ação Comunitária. Brasília: [s.n.], 2004.

EDUCAÇÃO de jovens e adultos: uma memória contemporânea (1996-2004). Brasília: UNESCO ; MEC, 2004. (Coleção Educação para Todos).

GENRO, Tarso. **Diretrizes para a agenda em educação no Brasil**. Brasília : [s.n.], 2004. (mimeografado).

Grupo Interministerial da Juventude. Relatório final. Brasília: [s.n.], 2004.

PROJETO Juventude : documento de conclusão. São Paulo : Instituto Cidadania 2004.

IRELAND, Timothy D.; MACHADO, Margarida Maria; IRELAND, Vera Esther J. da Costa. **Os Desafios Da educação de jovens e adultos**: vencer barreiras da exclusão e da inclusão tutelada (mimeografado), 2004.

MASAGÃO, Vera. **Contribuição para o Programa Nacional de Inclusão de Jovens**: Educação, Qualificação e Ação Comunitária. Brasília: [s.n.], dezembro de 2004.

POLÍTICAS públicas de / para / com juventudes. Brasília: UNESCO, 2004. 304p.

SALGADO, Maria Umbelina Caiafa. **Contribuição para o Programa Nacional de Inclusão de Jovens**: Educação, Qualificação e Ação Comunitária. Brasília: [s.n.], dezembro de 2004.

VERAS, Roberto. **Contribuição para o Programa Nacional de Inclusão de Jovens**: Educação, Qualificação e Ação Comunitária. Brasília: [s.n.], dezembro de 2004.

VILLAS-BOAS, Renata. **Contribuição para o Programa Nacional de Inclusão de Jovens**: Educação, Qualificação e Ação Comunitária. Brasília: [s.n.], 2005.

ANEXO 1

PLANO DE AÇÃO COMUNITÁRIA - PLA

Finalidades:

- Ampliar a percepção e os conhecimentos sobre a realidade social, econômica, cultural, ambiental e política - local, regional e nacional - a partir da condição juvenil.
- Promover o protagonismo e a participação crítica e transformadora dos jovens na vida pública.
- Contribuir para a formação do jovem na perspectiva do reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania.
- Propiciar a articulação entre as aprendizagens proporcionadas pelos componentes curriculares do programa por meio de vivências e práticas solidárias, cooperativas e cidadãs.
- Fortalecer os espaços de socialização juvenis, bem como os vínculos familiares, de vizinhança e comunitários.

O Plano de Ação Comunitária é um instrumento construído pelos jovens nas Unidades I e II do curso, com o apoio do professor-orientador, para organizar e orientar o engajamento e a participação cidadã em ações sociais de interesse público que serão realizadas no decorrer das Unidades III e IV do Programa. O PLA deve servir como um "guia para a ação", descrevendo o caminho que será percorrido pelos jovens e os procedimentos e as ferramentas que serão utilizados.

Além de resultar em um documento referência para os jovens, a construção do Plano de Ação Comunitária deve proporcionar para a turma de jovens a vivência de traçar o percurso entre o momento presente e o futuro próximo, entre a realidade vivida e a almejada, despertando nos jovens o desejo de realizar transformações no plano pessoal, profissional, social e político.

O Plano de Ação Comunitária compreende a realização de um diagnóstico do contexto social, ambiental, cultural, econômico e urbano em que os jovens estão inseridos; a elaboração de propostas de ação com base no diagnóstico e a definição das formas de execução dessas ações; prevê os procedimentos e as ferramentas de monitoramento, ou seja, de avaliação contínua do que está sendo realizado e, ao final, a sistematização das aprendizagens construídas na experiência, indicando possibilidades de continuidade e aprofundamento da participação juvenil no futuro.

O processo de elaboração do PLA deve permear o desenvolvimento dos outros componentes curriculares das Unidades I e II do Programa, buscando-se a articulação efetiva com as Ciências Naturais e Humanas, a Língua Portuguesa, Matemática, Informática, Artes, Qualificação para o Trabalho etc. Ao final da Unidade II a proposta do PLA deve estar concluída. Para a execução das ações sociais previstas no PLA, estão previstas 50 horas exclusivas nas Unidades III e IV, o que desafia a equipe de professores de cada núcleo a realizar o planejamento integrado das atividades em sala de aula, especialmente nas duas primeiras unidades.

I. Diagnóstico

Tem a finalidade de construir novos conhecimentos sobre o território em que os jovens vivem, para que apreendam o contexto sócio-político, econômico, cultural e urbano em que estão inseridos; para possibilitar que se apropriem com profundidade crítica e analítica de realidades antes percebidas superficialmente; que se conscientizem de suas potencialidades e dificuldades e se comprometam com a busca de soluções conjuntas e coletivas para melhorar e qualificar o ambiente em que vivem. A elaboração do diagnóstico pode ser organizada em dois momentos:

a) Caracterizar por meio do levantamento de informações e dados obtidos com a realização de pesquisas, leituras, visitas de campo e entrevistas direcionadas para questões sobre:

- quem são os jovens na comunidade, quem são os moradores adultos com quem eles convivem (perfil sócio-econômico: renda, escolaridade, ocupação);
- como vivem, considerando as condições existentes de habitação, saneamento básico, transportes, etc., bem como o acesso à educação, aos serviços de saúde, à cultura, ao lazer, ao esporte;

- quais são os espaços de convivência social e suas características;
- qual é a história da comunidade (como e quando surgiu e se desenvolveu);
- quais são os problemas e necessidades enfrentadas, especialmente pelos jovens;
- quais são as formas existentes de organização coletiva e de enfrentamento desses problemas (programas e projetos sociais, movimentos e organizações sociais, culturais e sindicais, associações de moradores etc.).

b) Analisar, interpretar as informações levantadas:

- relacionar as peculiaridades locais do perfil sócio-econômico dos jovens e moradores, suas condições de vida e formas de convivência social com as características da região em que se inserem e sua contextualização na dinâmica de desenvolvimento da cidade;
- identificar quais são os problemas mais importantes (prioritários) enfrentados pelos jovens a partir da reflexão para diferenciação entre suas causas e seus efeitos;
- identificar quais são as potencialidades existentes na comunidade, na juventude local e dentro da própria turma de jovens para enfrentar os problemas prioritários (situações que podem ser mudadas/solucionadas) e/ou os desafios (novas situações que podem ser criadas diante de um problema).

II – Definição do problema ou desafio da realidade local onde vão atuar.

a) Uma ou mais situações poderão ser escolhidas por turma para desenvolvimento do Plano de Ação Comunitária - PLA. Essa escolha poderá ser feita ao se relacionar as demandas prioritárias identificadas no diagnóstico com os interesses, as vocações e os desejos dos próprios jovens, considerando entre outros aspectos:

- a relevância dos problemas e desafios para a juventude e a comunidade local;

- o interesse e a motivação efetiva dos jovens que estão elaborando o PLA de intervirem;
- a oportunidade da intervenção, avaliando-se seus limites e possibilidades frente às condições existentes e ao tempo que se dispõe.

b) Para cada situação escolhida - por um ou mais grupos, duplas e em casos específicos, até individualmente - deverá ser desenvolvido o Plano de Ação Comunitária - PLA. A reunião do conjunto de intervenções pretendidas pelos jovens deverá compor o Plano de Atuação da Turma para ser compartilhado e acompanhado coletivamente por todos os integrantes.

c) Exemplos de situações para ação comunitária dos jovens:

- falta de infra-estrutura urbana ou determinada política social no território em que vivem (pesquisa, caracterização em profundidade do problema, mobilização, encaminhamento e negociação com os órgãos públicos competentes);
- resgate e promoção da cultura local (produção de eventos, produção cultural por meio de expressões musicais, dança, teatro, etc);
- sensibilização e informação junto a outros jovens sobre o uso de drogas, DST-AIDS, sexualidade, gravidez precoce etc..(organização de campanha nas escolas, organização de oficinas, debates e produção de material);
- defesa e proteção ambiental (campanha educativa de limpeza e destinação adequada do lixo, coleta seletiva, reaproveitamento de material reciclável para geração de renda);
- preservação e valorização do patrimônio histórico (caracterização e divulgação do patrimônio, turismo);
- campanhas de interesse público, tais como: ações de combate à fome, campanha de vacinação (apoio organizativo, sensibilização do público alvo etc.);
- serviços, programas e projetos sociais desenvolvidos pela rede pública local: creches, abrigos, asilos, saúde da família etc. (desenvolvimento de atividades lúdicas e de recreação, apoio ao agente comunitário de saúde);

- fortalecimento de conselhos, fóruns, movimentos sociais e culturais locais (apoio à organização, sensibilização e disseminação das propostas ao público juvenil por meio de seminários, oficinas, produção de material);
- apoio ao desenvolvimento de associações de moradores, sindicatos, organizações não-governamentais, grupos juvenis e todo tipo de organizações voltadas à defesa de interesses coletivos e públicos;
- prestação de serviços à comunidade na área de capacitação para o trabalho, que será desenvolvida pela sua turma (pesquisa sobre mercado de trabalho na área específica e ação experimental).

III – Passos para a formatação do PLA

O PLA deve apresentar um conjunto de atividades inter-relacionadas e coerentes para alcançar determinados objetivos ou resultados. Elas devem ser dirigidas a um público alvo definido, organizadas e distribuídas em um período de tempo, e podem utilizar os recursos materiais, humanos e cognitivos disponíveis. As seguintes questões devem ser trabalhadas:

- quem elabora e executa o plano (como os jovens, autores do plano, se identificam: por idade, por características que lhes são próprias/específicas tais como vocações, habilidades já constituídas, interesses e outros aspectos);
- o que pretendem fazer (em algumas palavras descrever a área/tipo de atuação);
- para quem (quem será atingido ou beneficiado pela ação);
- onde (em que bairro, região e/ou em que organização/instituição);
- por quê (qual problema ou desafio pretendem enfrentar com o que vão fazer; que importância tem e quais são suas motivações: relacionar com as principais questões apontadas no diagnóstico e o sentido da escolha para o grupo);
- para quê (que contribuição a atuação pretendida trará para a melhoria do território/ da comunidade/dos beneficiários, qual é a situação ideal pretendida);
- que resultados concretos pretendem obter na prática (a partir dos problemas e desafios identificados que objetivos concretos esperam alcançar);

- que ações precisam ser realizadas para isso (elencar as ações necessárias);
- quem são os responsáveis por cada uma delas
- que prazo é necessário para realizá-las
- que recursos são necessários (conhecimentos, habilidades, recursos materiais, humanos, outros).

Ao elaborar o PLA deve-se considerar a utilização de diversas linguagens, da comunicação (artes plásticas, teatro, música, cinema, vídeo, rádio etc.), da ciência, da cultura etc. que, uma vez escolhidas, dão conteúdo e foco para as ações que se pretende realizar. Diferentes áreas do conhecimento, como por exemplo, a Língua Portuguesa, podem ser envolvidas para elaborar o texto do PLA.

IV – Desenvolvimento e monitoramento do PLA

O Plano de Atuação deverá ser executado em 50 horas, distribuídas ao longo de 6 meses previstos para as Unidades III e IV, em períodos acordados com o professor-orientador, e que incluem a execução e o monitoramento prevendo-se:

- tempo determinado para a preparação/avaliação e a realização de cada atividade prevista, quando a proposta de ação é inteiramente protagonizada pelos jovens;
- tempo para a participação em atividades e para reuniões periódicas com os parceiros (de organizações, programas, serviços, etc.), quando a proposta é de contribuição dos jovens em um programa, projeto ou serviço já existente para avaliação conjunta sobre a atuação dos jovens;
- tempo/momentos de trocas e reflexões conjuntas com toda a turma de jovens, sobre dificuldades e conquistas que o conjunto das vivências e práticas apresenta;
- registros e documentação das atividades realizadas, por meio de instrumentos criados para isso, tais como relatórios, fichas etc., para construir a memória objetiva e subjetiva da experiência vivenciada por cada jovem, pelo grupo e pelos beneficiários.

O objetivo de implementar processos coletivos e sistemáticos de avaliação - resgatando as vivências, as informações sobre as práticas, coletando evidências sobre o que está sendo realizado, organizando relatos de resultados - é promover o diálogo e

a reflexão (individual e coletiva) permanente dos jovens sobre a experiência e possibilitar ajustes no PLA.

Alguns desafios se colocam para os professores e jovens nesta etapa:

- tornar os espaços coletivos em sala de aula referenciais para decisões sobre encaminhamentos e ajustes do plano, ou seja, criar condições para que se realize uma gestão compartilhada do(s) PLA(s), envolvendo toda a turma e os professores;
- fortalecer a autonomia dos jovens na execução do PLA, estimulando a iniciativa, a criatividade e valorizando de sua participação;
- promover a socialização de experiências na Estação Juventude, difundindo as aprendizagens construídas coletivamente pelos jovens para que possam se sentir capazes de gerar e intercambiar novos conhecimentos e experiências;
- assegurar a governabilidade do PLA, especialmente quando a proposta se realizar no âmbito de outras organizações/instituições cujos fluxos e dinâmicas internas podem diluir a identidade da proposta de participação dos jovens;
- fomentar a articulação de apoios e de novas parcerias que ampliem o reconhecimento público e a sustentabilidade do(s) PLA(s).

VI – Avaliação e sistematização

A avaliação e a sistematização são momentos de balanço, de resgate, análise e re-significação do conjunto de cada experiência de ação comunitária desenvolvida pelos jovens e pelo conjunto da turma. A partir de reflexões sobre as práticas, as principais aprendizagens construídas pelos jovens devem ser destacadas, especialmente no que se refere:

- ao alcance dos resultados propostos;
- aos acertos e erros nas formas de encaminhamento e realização das ações propostas (incluindo as formas de distribuição do tempo e o dimensionamento dos recursos necessários);
- aos desafios do trabalho coletivo em equipe e da gestão compartilhada (distribuição de tarefas, tomada de decisões etc.);

- aos efeitos provocados pelo(s) PLA(s) nos beneficiários e atingidos;
- às novas competências, habilidades e sensibilidades proporcionadas aos jovens executores pela concretização do PLA;
- ao sentido da experiência vivenciada pelos jovens no que se refere à participação e ao exercício da cidadania.

Ao final da Unidade IV, os jovens devem realizar um levantamento de oportunidades de continuação e aprofundamento em ações de participação e cidadania, com vistas a subsidiar seus passos futuros.

ANEXO 2

PROJETO DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL - POP

Finalidades:

- Possibilitar ao cursista um melhor aproveitamento das oportunidades práticas e teóricas oferecidas pelo curso no campo da qualificação para o trabalho.
- Permitir ao cursista um exercício de resgate e sistematização de sua trajetória profissional, assim como de projeção dos próximos passos de seu processo de qualificação para o trabalho.
- Possibilitar à coordenação do Programa a oportunidade de, com as informações levantadas e organizadas pelos cursistas no POP, reunir uma base de dados a respeito deles, visando a qualificação do próprio Programa e de outras políticas públicas para o segmento da juventude.

Características Básicas

- Trata-se de um projeto de caráter individual, que envolverá muitos momentos coletivos.
- Será construído ao longo do desenvolvimento do curso, sob a orientação de um professor do Programa.
- Terá a colaboração de um professor de matérias profissionalizantes específicas, co-orientador (provavelmente integrado a uma instituição associada para ministrar as disciplinas específicas).
- Os professores-orientadores receberão uma formação especial para o desempenho dessa atribuição.
- A organização do POP seguirá um padrão formulado pelo Programa.

ANEXO 3

FORMAÇÃO PROFISSIONAL INICIAL

Arcos de Ocupações para Jovens

1. Definição de Arcos de Ocupações: são conjuntos de ocupações relacionadas, ou seja, que possuem base técnica comum, que podem abranger as esferas da produção e da circulação (indústria, comércio, prestação de serviços), garantindo uma formação mais ampla e aumentando as possibilidades de inserção ocupacional do/a jovem trabalhador/a (assalariamento, auto-emprego e economia solidária). Embora um arco possa apresentar um número maior de ocupações, a presente proposta trabalha com no mínimo 4 (quatro) e no máximo 5 (cinco) ocupações por arco, limitação imposta pela carga horária disponível.

As ocupações de um arco estão descritas individualmente na Classificação Brasileira de Ocupações, mas não necessariamente estão contidas na mesma família ocupacional.

2. As ocupações individuais propostas estão sendo cotejadas com as ocupações de jovens no CAGED, por capital/região metropolitana, de modo a orientar a escolha dos arcos.

Anexo 3

Relação Arco de Ocupações - Ocupação - Código CBO

ARCO	OCUPAÇÕES	CÓDIGO CBO
1. Telemática	a) Operador de Microcomputador b) Telemarketing c) Helpdesk - apoio ao usuário de informática d) Assistente de vendas (informática e celulares)	4121-10 4223-10 3172-10 3541-25
2. Construção e Reparos I (Revestimentos)	a) Ladrilheiro b) Pintor c) Vidraceiro (Edificações) d) Trabalhador da manutenção de edificações (reparos prediais)	7165-10 7233-10/7166-10 7163-10 9914-05
3. Construção e Reparos II (Instalações)	a) Eletricista Predial b) Instalador-reparador de linhas e equipamentos de telecomunicações c) Instalador de sistemas eletrônicos de segurança d) Trabalhador da manutenção de edificações (instalações)	7156-10 7313-20 9513-05 9914-05
4. Turismo e Hospitalidade	a) Cumim b) Recepcionista c) Guia c) Agente de viagem	4221-05 5114-05 3548-15
5. Vestuário	a) Costureiro b) Reformadora de roupas c) Montador de artefatos de couro d) Vendedor de comércio varejista (vestuário)	7632-10 7630-15 7653-15 5211-10
6. Administração	a) Arquivista/arquivador b) Almoxarife c) Auxiliar de escritório/administrativo d) Contínuo/Office-boy/Office-girl	4151-05 4141-05 4110-05 4122-05
7. Serviços Pessoais	a) Cabeleireiro/Barbeiro b) Manicure/pedicure c) Maquiador d) Esteticista	5161-10/5161-05 5161-20/5161-40 5161-25 5161-15
8. Serviços Domésticos I	a) Jardineiro b) Porteiro c) Empregado doméstico nos serviços gerais - Caseiro d) Cozinheiro no serviço doméstico	6220-10 5174-10 5121-05 5132-10
9. Serviços Domésticos II	a) Motorista b) Faxineiro c) Babá d) Lavadeiro	7823-05 5121-15 5162-05 5163-05
10. Esporte e Lazer	a) Auxiliar técnico - nos esportes b) Monitor de esportes e lazer c) Animador de eventos d) Apresentador de festas populares	2241-35 3714-10 3763-05 3763-10
11. Metalmeccânica	a) Serralheiro b) Funileiro industrial c) Assistente de vendas (automóveis e autopeças) d) Auxiliar de promoção de vendas - administrativo (lojas de automóveis e autopeças)	7244-40 7244-35 3541-25 4110-05
12. Madeira e Móveis	a) Marceneiro b) Reformador de móveis c) Vendedor lojista (móveis) d) Desenhista de móveis	7711-05 7652-35 5211-10 3184-25

13. Arte e Cultura I	a) Ator de teatro b) Artistas da dança (dançarino, figurino e coreografia) Dançarinos tradicionais e populares e) Produtor de espetáculos	2625-05 2628 3761 2621
14. Arte e Cultura II	a) DJ/MC b) Fotografo social c) Operador de câmara de vídeo (cameraman) d) Grafiteiro (artes visuais)	Sem CBO 2618-15 3721-15 2624-05
15. Saúde	a) Auxiliar de laboratório de análises clínicas b) Recepcionista de consultório médico ou dentário c) Corretores de seguros (venda de planos de saúde) d) Auxiliar de administração (hospitais e clínicas)	5152-15 4221-10 3545-05 4110-05
16. Gestão Pública e 3º Setor	a) Assistente administrativo (no serviço público) b) Coletor de dados em pesquisas c) Elaboração/gestão de projetos sociais d) Trabalho social	4110-10 4241-05 Sem CBO Sem CBO
17. Educação	a) Crecheiro b) Merendeiro c) Contador de histórias d) Assistente administrativo (escolas/bibliotecas) Reforço escolar	3311-10 5132-05 2625-05 4110-10 Sem CBO
18. Transporte	a) Cobrador b) Motorista de ônibus urbano c) Assistente administrativo (transporte) d) Despachante	5112-15 7824-10 4110-10 4231-05
19. Alimentação	a) Chapista b) Repositor de mercadorias (em supermercados) c) Cozinheiro geral d) Vendedor ambulante (alimentação)	5134-35 5211-25 5132-05 3541-30
20. Gráfica	a) Editor de texto e imagem b) Encadernador c) Impressor (serigrafia) d) Operador de acabamento (indústria gráfica)	7661-20 7687-05 7662-05 7663-15
21. Joalheria	a) Joalheiro na confecção de bijuterias e jóias de fantasia b) Joalheiro (reparações) c) Gravador (joalheria e ourivesaria) d) Vendedor de comércio varejista (jóias, bijuterias e adereços)	7510-10 7510-15 7511-15 5211-10
22. Agro-Extrativista	a) Trabalhador na criação de pequenos animais (apicultura, avicultura de corte, avicultura de postura) b) Trabalhador em Cultivo regional (fruticultura, olericultura) c) Trabalhador Extrativista florestal de produtos regionais (madeira; alimentos silvestres; fibras, ceras e óleos; gomas e resinas) d) Trabalhador no Artesanato regional (cerâmica, bordados, madeira, palha e materiais orgânicos)	6234-10/6234-15/6234-20/6233-20/6233-05/6233-10 6225/6223 6321/6324/6323/6322 7521-05/7523-10/7682-05/8332-05
23. Pesca/Piscicultura	a) Trabalhador da Pesca artesanal (lagostas, pescados de água doce, camarões e peixes) b) Trabalhador em Piscicultura c) Trabalhador no beneficiamento do pescado (salgador de pescado, limpeza de pescado, defumador de pescados) d) Vendedor de pescado - Peixeiro (comércio varejista)	6310-15/6311-05/6310-20 6313-25 8481-10/8414-84/8481-05 1414-10